

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 13/04/2015

- [RJ tem mais da metade das mortes de crianças em operações policiais](#)
- [Pais que maltratam filhos são obrigados a voltar para a escola](#)
- [UNFPA - Investir na juventude é o caminho para o desenvolvimento sustentável](#)
- [Educação para Todos 2000-2015 - somente um terço dos países alcançou os objetivos globais de educação](#)
- [Marco Legal da Primeira Infância chega ao Senado e é encaminhado a comissões](#)
- [O poder educativo das brincadeiras no desenvolvimento das crianças](#)
- [Reconhecimento de paternidade voluntária ganha núcleo em Tribunal de Justiça capixaba](#)
- [Conflito com Boko Haram na Nigéria obriga 800 mil crianças a fugir](#)
- [Menino de três anos atira por acidente e mata bebê nos Estados Unidos](#)
- [Quinze anos de prisão para estupradores de adolescente no Quênia](#)
- [Programas de acolhimento são alternativas para a redução de maioridade penal](#)
- [Aos 63 anos, professora encanta alunos da rede municipal de Olinda com fantasias](#)

Assunto: RJ tem mais da metade das mortes de crianças em operações policiais

Fonte: Portal G1 - Fantástico

Data: 13/04/2015



Dados do Ministério da Saúde mostram que de 2010 a 2013, 27 crianças de 10 a 14 anos foram mortas em todo o Brasil. No Rio de Janeiro foram 14.

Fantástico ouviu mães e avós que perderam suas crianças durante operações da polícia. Mais da metade dessas mortes acontece no Rio de Janeiro, apesar do programa de pacificação mantido pelo governo do estado.

Aos 11 anos, Fabiana subia o morro do Telégrafo, no Rio de Janeiro, onde morava com a avó, e tinha um sonho. “O sonho dela era ser veterinária, a minha casa era cheia de bicho”, diz Maria Aparecida de Oliveira, avó de Fabiana.

Oito anos depois, as fotos espalhadas pela casa são a lembrança de uma vida interrompida quando a polícia entrou no morro atrás de bandidos.

“Ela olhou para o relógio e falou: ‘vovó, já fez 45 minutos que cessou os tiroteios. Vamos subir que eu vou tomar o meu copo de leite para dormir’”, relembra

O avô subiu com Fabiana na ilusão de que a paz tinha voltado. Mas a polícia ainda estava no alto do morro. “Eu senti o impacto no braço e na barriga. E eu vi a minha neta gritar aqui atrás. O mesmo projétil que pegou o meu braço e a minha barriga atingiu ela aqui atrás”, conta Fernando de Oliveira, avô de Fabiana.

“E hoje eu fico perambulando dentro de casa, olhando cada lugarzinho que ela ficava”, diz a avó.

A morte da Fabiana não teve sequer perícia. “Eu falei: ‘vocês não fizeram perícia porque nós somos pobres’”, afirma a avó.

A falta de perícia era regra em mortes envolvendo a polícia do Rio de Janeiro. Só virou obrigatória em 2011, depois do caso do menino Juan, morto pela PM. A perícia só foi feita depois de o caso ganhar repercussão nacional. Graças às provas conseguidas, quatro policiais foram condenados. Mas as mortes continuam.

Dados do Ministério da Saúde mostram que de 2010 a 2013, 27 crianças de 10 a 14 anos foram mortas em todo o Brasil em intervenções legais, o que quer dizer: por agentes da segurança pública. Seis em São Paulo. E 14, mais da metade do total, no Rio de Janeiro.

A gente sabe que a maior parte das comunidades do Rio de Janeiro vive em guerra. Guerra de bandidos contra bandidos. De bandidos contra a polícia. E nessa guerra de armamentos pesados, o campo de batalha é habitado. Por famílias que tocam suas vidas, gente que vai e vem no trabalho, crianças que vão à escola e que só têm a viela para poder brincar. Crianças que muitas vezes caem vítimas dos policiais que deveriam protegê-las.

Há 11 dias, Eduardo, que queria ser bombeiro, foi morto com um tiro de fuzil na porta de casa, no Complexo do Alemão. Eduardo tinha 10 anos. Um agente da UPP, a Unidade de Polícia Pacificadora, disse, em depoimento, que pode ter disparado o tiro que matou o menino.

Eduardo foi enterrado no Piauí, terra da família, que não quer mais voltar para o Rio de Janeiro. A mãe diz que, diante do menino morto, um PM confessou o crime e fez uma ameaça. “Ele botou o fuzil na minha cabeça e falou: ‘assim como eu matei o seu filho, eu posso muito bem lhe matar’”, conta Terezinha de Jesus, mãe de Eduardo.

“A gente não pode aceitar esse tipo de coisa. Porém, é preciso ter clareza que isso não é um problema isolado. É um problema antigo, complexo e grave”, afirma a filósofa Viviane Mosé.

A filósofa Viviane Mosé estuda o problema da segurança nas comunidades onde trabalha como voluntária. E afirma que a situação era pior antes da UPPs. “Crianças morriam e a gente não sabia que elas morriam. As famílias viviam no abandono ainda maior. Hoje a gente tem as denúncias acontecendo”, aponta a filósofa.

Combater em território habitado exige da polícia muito mais cuidado e uma preparação especial. A Justiça reconheceu isso ao responsabilizar o estado e determinar uma indenização pela morte de Fabiana.

A decisão dos desembargadores do Rio diz que não é preciso provar que a bala foi disparada pela arma de um policial. Em outro caso, também condenou o estado dizendo que, sem o embate entre policiais e bandidos, ‘o fato não teria ocorrido’.

“A minha vizinha sobe e fala ‘Edna, a sua filha acabou de levar um tiro nas costas’”, lembra Edna Ezequiel, mãe de Alana.

Alana tinha 12 anos. Foi levada para o hospital, mas não resistiu. “Ela não chegou a ser operada. Ela não teve chance. Eu senti que a minha filha estava morta”, diz a mãe de Alana.

A fotografia da Edna tirada no dia da morte da filha é a imagem de todos os que perderam suas crianças. “O que vai fazer? A vida continua. Mas tem dia que eu não quero ver ninguém, não quero comer. Não quero ver luz de sol, não quero ver nada. Aí vem Natal, vem ano novo, vem páscoa, vem...”, diz Edna Ezequiel.

“Dia das mães, dia dos pais, cadê? Não vou ver nunca mais. Agora, se nós tivéssemos uma polícia que tivesse cuidado...”, lamenta Maria Aparecida de Oliveira, avó de Fabiana.

O Fantástico tentou entrevistar o secretário de Segurança do Rio, José Mariano Beltrame. A secretaria avisou que vai terminar um estudo antes de se pronunciar sobre o assunto.

“Nós precisamos fortalecer uma política de segurança que pense a polícia como pacificadora. Essa é a característica desse projeto. Se ele está se desvirtuando temos que brigar para que ele volte para o rumo”, avalia Viviane Mosé.

Assunto: Pais que maltratam filhos são obrigados a voltar para a escola
Fonte: Portal G1 - Fantástico
Data: 13/04/2015



Pais que perdem a cabeça com os filhos e acabam partindo para a agressão. A situação chegou a tal ponto que agora existem até escolas para ensinar como os pais devem educar os seus filhos sem usar a violência.

Fantástico: Qual foi a pior agressão que você fez a sua filha?

Mãe: Foi quando ela chegou tarde. Eu queria saber onde ela estava, ela não quis me dizer onde ela estava, aí eu fui batendo nela até levar para o banheiro. Chegou no banheiro, eu dei choque nela.

Fantástico: Como você deu o choque?

Mãe: Eu tinha uma coisa de esquentar água. Separei os fios e um botei perto dela e outro eu botei na água.

O depoimento forte é de uma mãe que foi obrigada a frequentar uma escola de pais criada pela Justiça do Rio de Janeiro.

Os pais que chegam ao Juizado da Infância e Juventude do Rio de Janeiro têm recebido como medida de proteção à criança e ao adolescente participar de palestras. Os encontros são realizados semanalmente durante quatro meses. Uma forma de ensinar a esses pais que agredir não é educar.

“Os pais são inseridos por determinação judicial e essa família é trabalhada. A gente tenta ensinar a esse pai e a essa mãe a efetivamente exercer da maneira correta o seu poder familiar”, explica o juiz da Infância e Juventude Pedro Henrique Alves.

Durante os encontros, pais e mães falam sobre a violência em casa. “Batia com a mão. Deus não deu mão para a gente bater?”, diz uma mãe.

“Batia com o que tivesse na minha frente. Se tivesse garrafa, jogava em cima, até faca eu já joguei em cima”, diz outra mãe.

“Bati na minha filha com um chinelo, aí ela tinha consulta marcada no médico, e o médico viu a marca do chinelo, eles prenderam a minha filha, chamaram a assistente social e me levaram para o conselho tutelar. Por isso, me mandaram para cá”, conta uma mãe.

“Se ele quer efetivamente continuar com seu filho, ele vai ter que frequentar a Escola de Pais, ele vai ter que se cuidar, ele vai ter que se tratar”, destaca o juiz.

“Quando eu fui convocada para vir participar da Escola de Pais. Na hora eu fui até fui irônica. ‘Eu, aprender a ser mãe de novo?’ A gente acha que está agindo certo, só que realmente nós estamos agindo errado”, admite uma delas.

Não é fácil flagrar a agressão dos pais. Mas quando isso acontece, a Justiça pode agir. É o caso mostrado no Fantástico no domingo (5). As imagens das câmeras de segurança de um prédio em uma área nobre do Rio mostram que, na entrada do elevador, uma adolescente de 13 anos leva uma bofetada no rosto e quem bate é mãe dela.

Quando as duas saem, começa uma sequência de tapas e puxões de cabelo. A menina chega a ser jogada no chão. Depois, leva mais tapas. A mãe ainda tira o sapato e dá três golpes na cabeça da adolescente. Tudo isso, de acordo com a polícia, porque a filha chamou a mãe de ridícula.

O caso foi denunciado ao Ministério Público, que está analisando o inquérito. O Fantástico entrou em contato com o advogado da mãe, mas as ligações não foram atendidas. São atitudes como essa que chegam ao Juizado da Infância e Juventude.

“Hoje consigo conversar, consigo abraçar, beijar e dizer que a amo. Antes, não”, lembra outra mãe.

O amor entre pais e filhos costuma ser incondicional. Mas isso não significa estar livre de problemas, das discussões, do enfrentamento, da falta de entendimento. E qual o limite na hora de impor o respeito diante de um filho? A Escola de Pais está tentando ajudar. Homens e mulheres vão para aprender a serem pai e mãe melhores. E todos chegam por livre e espontânea vontade.

“Nós discutimos no primeiro pileque. No segundo, houve um tapa, e eu acho que foi muito importante a atitude para mostrar que também que tem que ter uma responsabilidade. Não faria novamente, dói mais na mãe que no filho”, destaca a professora Andrea Baro.

“Não é agressão, não é você ser rude. Nada disso vai conseguir com que você convença alguém a fazer alguma coisa, muito menos o seu filho”, explica Rosana Jurado, presidente da Escola de Pais de SP.

O projeto voluntário é chamado de Escola de Pais do Brasil que existe em quase todo o país.

“Teve tapas, lógico, teve brigas, desentendimento, chegamos a gritar uma com a outra. Muitas vezes, o diálogo foi difícil”, diz a neuropsicopedagoga Thereza Bianchi.

Thereza e o marido aprenderam a agir de forma diferente com a filha mais velha e o caçula, que hoje já são adultos. “A primeira coisa é manter a calma, porque se você deixar o nervosismo dominar a situação, você acaba perdendo a cabeça de fato. E o mais importante disso tudo é você saber que você cometeu essa agressão e ir conversar com ele e pedir perdão”, orienta o administrador Carlos Bianchi Júnior.

“Educar não é coisa para fracos, educar é para fortes. E quando eles chegam na adolescência, precisamos ser mais fortes ainda e muito mais pacientes”, destaca Dolma Magnani, coordenadora da Escola de Pais de Florianópolis.

Assunto: UNFPA - Investir na juventude é o caminho para o desenvolvimento sustentável

Fonte: Portal Andi

Data: 13/04/2015



Em alguns países, mais de um em cada três indivíduos é jovem. No Brasil, a população jovem é formada por 51 milhões de pessoas. Garantir o exercício irrestrito dos direitos das e dos jovens pode resultar em crucial impulso nos processos de desenvolvimento e na economia dos países

Existem atualmente mais jovens com idades entre 10 e 24 anos do que em qualquer outro momento da história humana. E em algumas partes do mundo não só o número de jovens cresce, como também a sua proporção na população. Em alguns países, mais de um em cada três indivíduos é jovem. No Brasil, a população jovem é formada por 51 milhões de pessoas. Garantir o exercício irrestrito dos direitos das e dos jovens pode resultar em crucial impulso nos processos de desenvolvimento e na economia dos países, disse nesta segunda-feira (6) o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) por meio de um comunicado.

Em todo o mundo os investimentos corretos nas e nos jovens é um desafio da atualidade. Os países se preparam para colocar em prática novas estratégias para o desenvolvimento global – como na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas (CIPD) além de 2014 e na agenda global de desenvolvimento sustentável pós-2015.

Assegurar a igualdade de oportunidades, a igualdade entre homens e mulheres, a educação de qualidade, uma vida livre de todas as formas de discriminação e violência e com saúde, em especial a saúde sexual e reprodutiva, são prerrogativas fundamentais para que as e os jovens tenham possibilidade de viver com dignidade e, além disso, fazer uma transição segura da adolescência para a idade adulta. Isso pode transformar os projetos de vida, além de possibilitar a formação de uma população economicamente ativa saudável e produtiva.

O momento de definição de novas prioridades globais é oportuno para o empoderamento e participação das e dos jovens no processo de construção de um mundo mais sustentável, onde todas e todos tenham os seus direitos humanos respeitados, promovidos e garantidos. Construir um mundo onde cada jovem alcance o seu pleno potencial é a meta do UNFPA.

O Fundo de População da ONU coloca as e os jovens de todo o mundo no centro de suas atenções. A agência está presente em mais de 170 países, nos quais trabalha ativamente para promover os direitos e ampliar a participação da população jovem. Para o diretor executivo do UNFPA, Babatunde Osotimehin, “os jovens devem estar no centro da visão pós-2015 de desenvolvimento sustentável para que alcancemos o futuro que queremos”.

No Brasil, o UNFPA dedica esforços para assegurar que os direitos e expectativas da população jovem sejam efetivamente priorizados na agenda do país e nas políticas públicas.

Nos últimos anos, a instituição tem se empenhado na interlocução com governo, sociedade civil e setor privado.

As articulações foram essenciais para garantir a incidência do tema da juventude no plano de prioridades nacionais, além de assegurar a participação de pessoas jovens em espaços de tomada de decisão, incluindo internacionais.

Assunto: Educação para Todos 2000-2015 - somente um terço dos países alcançou os objetivos globais de educação

Fonte: Portal Andi

Data: 13/04/2015



Somente um terço dos países alcançou todos os objetivos mensuráveis de Educação para Todos (EPT) estabelecidos em 2000. Apenas metade de todos os países conseguiu atingir o objetivo mais visado de acesso universal à educação primária. Além das ambiciosas contribuições governamentais já feitas, são necessários US\$ 22 bilhões anuais extras para garantir que alcancemos as novas metas educacionais que estão sendo agora estabelecidas para serem atingidas até 2030.

Esses são os resultados do Relatório de Monitoramento Global de EPT 2015 (RMG) “Educação para Todos 2000-2015: progressos e desafios”, produzidos pela UNESCO, que tem acompanhado o progresso desses objetivos nos últimos 15 anos.

“O mundo tem feito um progresso enorme em direção à Educação para Todos”, disse a diretora-geral da UNESCO, Irina Bokova. “Apesar de não cumprir o prazo de 2015, há milhões de crianças a mais na escola do que haveria se persistissem as tendências dos anos de 1990. No entanto, a agenda ainda está longe de ser concluída. Necessitamos elaborar estratégias específicas e bem fundamentadas que priorizem os mais pobres, sobretudo as meninas, para melhorar a qualidade da aprendizagem e reduzir as falhas de alfabetização para que a educação se torne significativa e universal”.

Lançado hoje, um mês antes do Fórum Mundial de Educação, em Incheon (Coreia do Sul), o Relatório revela os seguintes resultados:

Objetivo 1. Expandir a educação e os cuidados na primeira infância, especialmente para as crianças mais vulneráveis

Entre os países, 47% alcançaram o objetivo e outros 8% quase conseguiram. No entanto, 20% ficaram longe desse objetivo, ainda que, em 2012, quase dois terços a mais de crianças, em relação a 1999, tenham sido matriculadas na educação infantil.

Objetivo 2. Alcançar a educação primária universal, particularmente para meninas, minorias étnicas e crianças marginalizadas

Este objetivo foi alcançado por 52% dos países; 10% quase conseguiram e os 38% restantes estão longe ou muito longe de alcançá-lo. Isso deixa quase 100 milhões de crianças sem concluir a educação primária em 2015. Uma falta de foco nos marginalizados tem deixado os mais pobres com cinco vezes menos chances de completar o ciclo de educação primária em comparação com os mais ricos, além de um quadro em que mais de um terço das crianças fora da escola estão em zonas afetadas por conflito.

Houve também êxitos importantes: com relação a números de 1999, cerca de 50 milhões a mais de crianças estão matriculadas na escola agora. A educação ainda não é gratuita em muitos países, mas os programas de alimentação e de transferência de renda têm tido impacto positivo na matrícula escolar dos mais pobres.

Objetivo 3. Garantir acesso igualitário de jovens e adultos à aprendizagem e a habilidades para a vida

O acesso universal às séries iniciais de educação secundária foi alcançado por 46% dos países. Globalmente, os números relativos ao acesso às séries iniciais de educação secundária aumentaram em 27% e essa estatística mais que dobrou na África Subsaariana. Entretanto, um terço dos adolescentes em países de baixa renda não completarão as séries iniciais de educação secundária em 2015.

Objetivo 4. Alcançar uma redução de 50% nos níveis de analfabetismo de adultos até 2015

Somente 25% dos países alcançaram esse objetivo; 32% continuam muito longe disso. Mundialmente, a porcentagem de adultos analfabetos caiu de 18%, em 2000, para 14%, em 2015, porém, esse progresso é quase completamente atribuído a jovens educados que alcançaram a maioria. Quase dois terços da população de adultos analfabetos continuam a ser mulheres. Além disso, metade das mulheres da África Subsaariana não tem habilidades básicas de leitura.

Objetivo 5. Alcançar a paridade e a igualdade de gênero

A paridade de gênero será alcançada na educação primária em 69% dos países até 2015. No nível secundário, somente 48% dos países atingirão esse objetivo. Casamento infantil e gravidez precoce continuam a impedir o progresso educacional de meninas, assim como também o fazem a necessidade de formação de professores em abordagens sensíveis às questões de gênero e à reforma curricular.

Objetivo 6. Melhorar a qualidade de educação e garantir resultados mensuráveis de aprendizagem para todos

O número de alunos por professor diminuiu em 121 dos 146 países, entre 1990 e 2012, no nível primário, mas ainda são necessários mais 4 milhões de professores para obter todas as crianças na escola. A carência na oferta de professores qualificados continua em um terço dos países: em vários países da África Subsaariana, menos de 50% deles são treinados. No entanto, a qualidade de educação tem recebido atenção especial desde 2000 e o número de países que realizam avaliações nacionais de aprendizagem dobrou.

Financiamento e vontade política

Desde 2000, muitos governos aumentaram significativamente suas despesas com educação: 38 países aumentaram seu comprometimento em 1% ou mais do PIB. Entretanto, o financiamento continua a ser um grande obstáculo em todos os níveis educacionais.

“A menos que sejam tomadas medidas reparadoras e a educação receba a merecida atenção que deixou de receber durante os últimos 15 anos, milhões de crianças continuarão em desvantagem e a visão transformadora da futura agenda de desenvolvimento sustentável será

prejudicada”, disse o diretor do Relatório de Monitoramento Global (RMG), Aaron Benavot. “Os governos devem encontrar meios de mobilizar novos recursos para a educação. Parceiros internacionais devem garantir que a ajuda seja distribuída para os mais necessitados”.

O RMG faz as seguintes recomendações:

Completar a agenda de EPT: os governos devem tornar compulsório pelo menos um ano de educação pré-primária. A educação deve ser gratuita para todas as crianças: taxas relacionadas a ensino, livros didáticos, uniformes escolares e transporte devem ser abolidas. Gestores de políticas devem identificar e priorizar habilidades a serem adquiridas ao final de cada estágio de escolaridade. Políticas de alfabetização devem ser atreladas às necessidades das comunidades. A formação e o treinamento de professores devem ser melhorados para incluir estratégias focadas nas questões de gênero. Estilos de ensino devem refletir melhor as necessidades dos alunos e a diversidade dos contextos em sala de aula.

Equidade: governos, doadores e sociedade civil devem desenvolver programas e direcionar o financiamento para atender às necessidades dos mais desfavorecidos, de forma que nenhuma criança seja deixada para trás. Os governos devem superar a crítica escassez de dados para que sejam capazes de direcionar recursos àqueles que mais necessitam.

Pós-2015: as futuras metas de educação devem ser específicas, relevantes e realistas. De acordo com os índices atuais, estima-se que somente metade de todas as crianças em países de baixa renda completarão as séries iniciais de educação secundária até 2030. Em muitos países, mesmo o principal objetivo de atingir a educação primária universal permanecerá distante se não houver esforços reparadores.

Superar as deficiências de financiamento: a comunidade internacional, em parceria com os países, deve encontrar meios para cobrir o déficit anual de US\$ 22 bilhões em valores a serem destinados à educação pré-primária de qualidade e à educação básica para todos até 2030. Metas claras de financiamento educacional devem ser estabelecidas no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, onde nenhuma existe atualmente.

Assunto: Marco Legal da Primeira Infância chega ao Senado e é encaminhado a comissões

Fonte: Promenino

Data: 13/04/2015

Promenino



O Marco Legal da Primeira Infância (antigo PL 6.998/2013, agora PLC 14/2015) saiu da Câmara dos Deputados e chegou ao Senado. A Secretaria Geral do Senado enviou o Projeto à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no começo deste mês de abril.

A proposta determina um conjunto de ações para as crianças de zero a seis anos, entre elas ampliar a qualidade do atendimento em creches, escolas e hospitais, incluindo a criação de novas funções públicas que cuidem da primeira infância e de espaços públicos que assegurem aos meninos e meninas locais adequados para se desenvolver com saúde e segurança.

“Temos um grande e intenso trabalho a fazer para acelerar a tramitação e zelar para que propostas de alteração que venham a ser apresentadas sejam de real aperfeiçoamento, e não se aceitem retrocessos ou desvirtuamento. Desse trabalho faz parte a acertada escolha da Relatoria em cada uma das Comissões”, afirmou o educador Vital Didonet, integrante da Rede Nacional Primeira Infância.

Assunto: O poder educativo das brincadeiras no desenvolvimento das crianças

Fonte: Promenino

Data: 13/04/2015

Promenino



"Ao norte da cidade de Churchill, província de Manitoba, Canadá, um urso polar faminto desiste de atacar dois huskys siberianos ao notar que a fêmea se coloca em posição de brincadeira".

"Charles Whitman, mais conhecido como o assassino do Texas Tower, autor de um assassinato em massa em 1996, foi uma pessoa marcada pela ausência de brincadeiras e isso o tornou mais suscetível à tragédia que causou".

As situações, aparentemente desconexas, tratam da mesma questão: o brincar. Na primeira, ele aparece como um elemento que provoca uma mudança em um comportamento aparentemente dado e natural, de um predador que ataca sua presa; na segunda, como suporte fundamental ao desenvolvimento integral de um indivíduo.

Esses relatos compõem a fala do pesquisador Stuart Brown, especialista sobre o ato de brincar que, durante palestra ao TEDx, em 2009, reforça que "brincar é mais do que diversão, é vital".

"Nada ilumina tanto o cérebro quanto o brincar"

Para o pesquisador, embora o brincar seja comumente associado à infância, o ato não deve se limitar a essa fase da vida. A perda dessa capacidade, bem comum na fase adulta, em sua análise, diz de uma perda de cultura.

Brown reforça que a brincadeira não precisa de outro propósito que o simples fato de brincar; e que, exigir além disso é deslegitimar o ato. Nessa perspectiva, coloca que as brincadeiras podem estabelecer conexão somente com o corpo, ou deste com algum objeto e que, de qualquer forma, parte de uma curiosidade, de uma necessidade de exploração.



Outro ponto, em sua leitura fundamental para o desenvolvimento dos indivíduos, é o brincar como elemento social que faz com que as crianças identifiquem a si mesmas e aos outros, e estabeleçam seus modos de convivência, suas regras e percepção do coletivo. Por isso, defende: "as crianças na pré-escola deveriam poder

mergulhar, bater, assobiar, gritar, serem caóticas e desenvolverem através disso muito de sua regulação emocional e muitos outros sub produtos sociais - cognitivos, emocionais e físicos que fazem parte do ritual de brincar".

O especialista convida às pessoas, essencialmente as adultas, a buscarem em suas memórias lembranças de antepassados relacionadas ao brincar, como durante as férias ou em algum aniversário. E sugere que, cada um, avalie como esse momento se conecta à vida atual, como forma de resgatar o papel estruturante da brincadeira.

O potencial das brincadeiras

Além de ser uma maneira acessível das crianças fazerem a sua leitura do mundo, a brincadeira possibilita o desenvolvimento de aspectos físicos, motores e cognitivos, bastante indispensáveis para a saúde e bem estar delas. Valores como companheirismo, autonomia, liderança e solidariedade também estão embutidos em diversas formas do brincar. Por isso, a defesa de que as escolas respeitem o tempo das brincadeiras, sem que seja colocada nelas, intencionalmente, uma proposta de aprendizagem ou a interferência de adultos.



A experiência da brincadeira, por si só, acaba por contemplar um potencial educativo, visto que estão colocadas nessas situações a imaginação e a criatividade da criança, e o envolvimento do corpo e mente.

O brincar em diálogo com a saúde

Para reiterar o direito ao brincar e também para defender a brincadeira como uma condição fundamental para o desenvolvimento dos indivíduos, o **Centro de Referências em Educação Integral** em parceria com o **Portal Aprendiz**, listou cinco matérias que propõem reflexões sobre o brincar ou que elucidam práticas que o têm como premissa.

1. O potencial educativo das brincadeiras



A matéria reúne especialistas do movimento Aliança pela Infância, que luta pelo direito a uma infância digna e saudável e da Rede Marista de Solidariedade para que reflitam sobre como é importante garantir o direito ao brincar, e como as escolas podem apoiar esse movimento e fazer das brincadeiras elementos educativos.

2. Seis motivos para deixar uma criança brincar livremente

O Direito ao Brincar foi tema de seminário na cidade de São Paulo, em 2014. Na ocasião, os especialistas apontaram seis razões para que o brincar seja livre, sob gerência das crianças.

3. Território do Brincar promove intercâmbio cultural de brincadeiras

O relato da experiência do projeto coordenado pela educadora Renata Meirelles e pelo documentarista David Reeks evidencia a carga cultural contidas nas brincadeiras, e como elas podem ser elementos de intercâmbio de saberes, registros e difusão da cultura infantil.



4. Coletivo resgata importância de brincar na rua

A campanha Brinque.Cidade, realizada no ano passado em diálogo com a Semana Mundial do Brincar, deu origem à exposição virtual e interativa organizada pelo grupo Ludi.Cidade, que tinha como objetivo reunir fotografias de crianças brincando pelos espaços públicos de Campo Grande (MS).

5. 'É a partir do brincar que a criança começa a agir', afirma educadora

Matéria convida especialista do Aliança pela Infância, Giovana Barbosa de Souza, para falar sobre o direito ao brincar, a importância do tempo livre para a brincadeira, e do brincar no contexto escolar.

Assunto: Reconhecimento de paternidade voluntária ganha núcleo em Tribunal de Justiça capixaba

Fonte: CNJ

Data: 13/04/2015



Por meio do Ato Normativo Conjunto nº 03/2015, o presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), desembargador Sérgio Bizzotto, e a desembargadora Eliana Munhós Ferreira, supervisora das Varas da Infância e da Juventude, instituíram a criação do Núcleo de Reconhecimento Voluntário de Paternidade para atendimento às demandas espontâneas da Coordenadoria das Varas da Infância e da Juventude. O núcleo já está em atividade e recebeu na quinta-feira (9/4) sua primeira demanda.



O núcleo já está em atividade e recebeu na quinta-feira (9/4) sua primeira demanda.

O objetivo do trabalho é garantir o direito à paternidade aos menores de 18 anos e os trabalhos estão sob a coordenação da juíza Janete Pantaleão Alves, coordenadora das Varas da Infância e da Juventude do Espírito Santo. As atividades funcionam nas dependências da Coordenadoria, na sede do Palácio da Justiça, em Vitória.

Para a coordenadora do programa, juíza Janete Pantaleão, em levantamento realizado junto às escolas públicas foi comprovado que 75 mil crianças foram registradas sem o nome do pai no Espírito Santo. “Essa ausência cria muitos transtornos. O aluno que conta com a presença do pai tem um desempenho escolar melhor”, explica.

A magistrada sustenta também que, com o Núcleo de Paternidade, os pais podem reconhecer os filhos sem entrar na esfera jurídica. “Não é necessário marcar um dia. A mãe pode vir até a Coordenadoria, das 12 às 19 horas, e fornecer os dados do pai da criança. Assim, vamos oficiá-lo para uma audiência onde detalhamos as vantagens do reconhecimento voluntário”, detalha.

Para facilitar o trabalho, a juíza orienta que as mães devem vir ao Tribunal com a certidão de nascimento do filho, a identidade com foto e um comprovante de residência. Além desses

documentos, elas devem fornecer o máximo de informações possíveis sobre o pai, para que ele seja localizado e oficiado.

“Mais importante do que o simples registro é o vínculo afetivo. Este é o principal objetivo do Núcleo e da Coordenadoria. Trabalhamos para restabelecer o vínculo entre pai e filho, que em algum momento foi perdido”, explica a juíza Janete Pantaleão.

Pai Presente - A criação do núcleo atende ao Provimento nº 16/2012, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a recepção de indicações de supostos pais de pessoas registradas sem paternidade, e também sobre o reconhecimento espontâneo de filhos. A iniciativa do TJES também vai ao encontro do Programa Pai Presente, coordenado pela Corregedoria Nacional de Justiça, que busca estimular o reconhecimento de paternidade.

No âmbito da Justiça Estadual, existe ainda o Projeto Meu Pai é Legal, criado pela Coordenadoria das Varas da Infância e da Juventude. Esse programa busca criar facilidades para que mães de filhos menores registrados sem paternidade possam apontar os supostos pais.

Em conjunto com as faculdades da Grande Vitória que contam com cursos de direito, psicologia e assistência social, servidores da Coordenadoria da Infância e da Juventude visitam as escolas que possuem o maior número de crianças com registros sem o nome do pai e buscam dados para convencer os pais sobre a importância do registro voluntário.

Assunto: Conflito com Boko Haram na Nigéria obriga 800 mil crianças a fugir

Fonte: Portal NE10 PE

Data: 13/04/2015



Unicef adverte que as consequências do conflito tiveram efeito devastador e que no último ano duplicou o número de crianças que fugiram da Nigéria Foto: AFP

Cerca de 800 mil crianças foram obrigadas a fugir de suas casas por causa do conflito no Noroeste da Nigéria entre o grupo terrorista Boko Haram, o Exército nigeriano e as milícias populares, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Com base em dados coletados na Nigéria, no Níger, Chade e em Camarões, o Unicef adverte que as consequências do conflito tiveram efeito

devastador e que no último ano duplicou o número de crianças que fugiram da Nigéria para países vizinhos.

Em nota divulgada na mesma semana em que o sequestro das meninas de Chibok completa um ano, o Unicef diz que estar longe das casas é apenas uma parte do drama vivido por essas crianças, pois há provas de que muitas foram recrutadas pelo Boko Haram para participar de combates ou de tarefas logísticas, enquanto outras foram submetidas a casamentos forçados.

"Temos provas do que está se passando, mas é muito cedo para avaliar a magnitude do problema, já que o Noroeste da Nigéria é área de alto risco e é complicado fazer um trabalho de campo exaustivo, disse à agência espanhola EFE o porta-voz regional do Unicef para a África Ocidental e Central, Laurent Duvillier.

Assunto: Menino de três anos atira por acidente e mata bebê nos Estados Unidos

Fonte: Portal NE10 PE

Data: 13/04/2015



Um menino de três anos matou um bebê no domingo (12) na cidade de Cleveland ao usar uma pistola e atingir no rosto a vítima, informa a imprensa local.

A polícia ainda tenta determinar a procedência da arma, que foi deixada na casa sem qualquer medida de segurança, de acordo com o site de notícias Cleveland.coma.

O bebê, de um ano, foi levado para o hospital, mas não resistiu aos ferimentos. Os vizinhos ouviram o desespero da mãe ao receber a notícia da tragédia.

"Este fascínio que temos com as pistolas, não apenas na cidade, e sim no país, tem que acabar. Esta é uma perda sem sentido de uma vida na cidade", disse o chefe de polícia Calvin Williams.

Assunto: Quinze anos de prisão para estupradores de adolescente no Quênia

Fonte: Jornal do Comércio de PE

Data: 13/04/2015



O caso provocou um escândalo no Quênia depois que a imprensa revelou que a polícia havia libertado três dos seis supostos estupradores.

Três homens que espancaram e estupraram Liz, uma adolescente queniana de 16 anos deixada morta em uma fossa séptica, foram condenados nesta segunda-feira a 15 anos de prisão no Quênia, anunciou uma advogada da vítima.

O caso provocou um escândalo no Quênia depois que a imprensa revelou que a polícia havia libertado três dos seis supostos estupradores depois de pedir apenas que capinassem os arredores da delegacia.

"Está claro que esta condenação terá repercussões positivas em todo o Quênia e na região" da África oriental, declarou em um comunicado Kimberly Brown, advogada da ONG Equality Now, que apoiava a vítima.

"O fato de que o caso de 'Liz' - um pseudônimo - (...) tenha precisado superar grandes obstáculos, apesar do forte apoio nacional e mundial, ilustra as injustiças sofridas pelas vítimas" deste tipo de agressões, acrescentou.

O julgamento começou em junho de 2014, um ano depois da brutal agressão contra a adolescente, com apenas um dos acusados no banco dos réus, já que os outros cinco estavam foragidos.

A polícia deteve posteriormente outros dois supostos culpados, mas não se sabe o paradeiro dos últimos três acusados.

Em junho de 2013 os seis homens atacaram, espancaram e estupraram a adolescente, que tinha 16 anos, antes de deixá-la inconsciente em uma fossa séptica.

A promotoria não abriu diligências até fevereiro de 2014, enquanto crescia o escândalo no Quênia e mais de 1,8 milhão de pessoas no mundo assinavam uma petição para conseguir justiça para Liz.

"O Quênia se orgulha de ter um marco legal e político entre os mais progressistas para atuar ante a violência sexual, mas o caso de Liz e de muitos outros mostraram graves deficiências por parte das autoridades locais (...)", afirmou Brown.

Assunto: Programas de acolhimento são alternativas para a redução de maioria penal

Fonte: Diário de PE

Data: 13/04/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

A PEC foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados na semana passada.



A família de Cleiton Melo, 16 anos, já não era mais a mesma. O irmão, dois anos mais velho, usava drogas. Os pais andavam desesperados com dívidas junto a traficantes. As discussões em casa eram frequentes. Um dia, Cleiton decidiu colocar fim à situação. Uniu-se a um colega para matar o homem que seria responsável pela dependência do parente, um traficante do bairro. Antes de executar o plano, foi surpreendido pela polícia com arma e munições. O fato aconteceu há dois anos.

Caso a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171 para reduzir a maioria penal no Brasil de 18 anos para 16 anos já estivesse aprovada naquela época, Cleiton seria levado para uma unidade penal de adultos. Por decisão da Vara da Infância, terminou inserido no programa de Liberdade Assistida (LA). A medida socioeducativa é cumprida em casa e o jovem é acompanhado por uma equipe técnica até sua ressocialização, através de participação em cursos profissionalizantes e inserção escolar.

Hoje, Cleiton trabalha na Secretaria de Planejamento da Prefeitura do Recife. Assim como ele, cerca de 120 egressos da Funase e dos programas em meio aberto, como o LA e a Prestação de Serviço Comunitário (PSC), foram encaminhados, no ano passado, pelo programa Trampolim, da Prefeitura do Recife, para entrevistas de emprego. Um total de 33

permanece como orientador de trânsito, operador de câmeras de segurança, em secretarias municipais e na empresa Parvi. Outros 15 não ficaram nos cargos por motivos variados. O Trampolim tem previsão de voltar a funcionar no segundo semestre.

Os programas em meio aberto aplicam-se a adolescentes autores de infrações menos graves. São uma das bandeiras de especialistas contrários à redução da maioria penal. “Enquanto a reincidência nos presídios para adultos é de cerca de 50%, o índice é de 10% entre jovens em LA e PSC, ou seja, nove entre 10 jovens não voltam a praticar infrações. Se esses jovens forem mandados para a cadeia, a médio prazo a criminalidade vai, no mínimo, duplicar, já que o sistema não recupera nem a metade dos presos”, calcula o desembargador Luiz Carlos Figueiredo, com vasta experiência como juiz da infância e juventude e um dos colaboradores do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

“A sociedade reclama com razão, mas não foca na causa do problema. Existe um projeto de lei interessante no congresso que mantém a lógica dos 18 anos ao mesmo tempo que propõe o aumento da pena de privação de liberdade para além de três anos quando adolescentes maiores de 16 anos praticarem infrações mais graves”, defende o magistrado.

Psicóloga junto a jovens em cumprimento de LA e PSC há quinze anos, Laura Buarque ressalta que, de forma geral, esses jovens são reflexo da falta de políticas públicas e transgridem como forma de protesto. “As medidas em meio aberto são a única forma que temos para refletir com o adolescente dentro de seu contexto social e familiar. Eles não podem ser vitimizados mais uma vez indo para presídios de adultos”, analisa.

A Prefeitura do Recife atende adolescentes em conflito com a lei encaminhados para cumprir medidas em meio aberto. “Hoje temos 670 adolescentes atendidos e capacidade para 800. Não temos mais demanda reprimida como no ano passado, pois contratamos equipe técnica e fizemos a chamada de concurso de 2013”, destacou Neves Santana, chefe de divisão dos Creas.

O promotor Marcelus Uggietti também é contra a redução da maioria penal e, assim como Figueiredo, defende mais rigor na punição. “Em Pernambuco, 57,3% dos adolescentes que passaram pelas unidades fechadas da Funase passam a ser ‘clientes’ na cadeia quando adultos. O ideal seria separar menores com várias infrações de menores sem antecedentes. Esse modelo falido não resolve porque os adolescentes aprendem lá dentro com os mais experientes”, pontua.

O cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Lei das Execuções Penais seria o caminho mais inteligente, na opinião do juiz Cícero Bittencourt. “Não sou favorável à redução da maioria penal. Temos déficit de 20 mil vagas nos presídios e muitos presos passam do prazo até mesmo da condenação pelo crime que praticaram esperando para ser julgados”, raciocina.

Saiba mais

A PEC foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados na semana passada.

O documento ainda precisa passar por uma comissão especial na câmara e ser aprovada pelos deputados em plenário.

Se isso acontecer, a PEC segue para votação no Senado.

92,7% dos brasileiros são a favor da redução da maioria penal, segundo pesquisa realizada pelo Instituto CNT/MDA, em 2013.

Jovens entre 16 e 18 anos são responsáveis por menos de 0,9% dos crimes praticados no país, segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Principais infrações dos adolescentes internados no Recife e no Cabo:

Roubo e tentativa de roubo: 41%

Homicídio e tentativa de homicídio: 27%

Tráfico e afins: 22%

Latrocínio: 3%

Fonte: Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE)

Assunto: Aos 63 anos, professora encanta alunos da rede municipal de Olinda com fantasias

Fonte: Diário de PE

Data: 13/04/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

No mês em que se comemora o Dia da Educação, o Diário homenageia, por meio da história de Rosa, os professores que fazem a diferença no ensino público.



Rosa Fonseca entrou na faculdade de pedagogia aos 47 anos. Foto: Paulo Paiva/DP/D.A.Press

Branca de neve, lobo mau, formiga, princesa e Luiz Gonzaga. Todos esses personagens já visitaram a Creche Escola Bartolomeu Aroucha, no bairro de Jardim Atlântico, Olinda. Pelo menos é o que acreditam os alunos da professora Rosa Fonseca, 63 anos. Durante as aulas, a educadora encarna esses papéis, vestindo fantasias confeccionadas manualmente. Para estimular a imaginação das crianças, a professora assume diferentes facetas e leva

encantamento aos estudantes da educação infantil da rede municipal de Olinda.

No mês em que se comemora o Dia da Educação, celebrado mundialmente no dia 28, o Diário homenageia, por meio da história de Rosa, os professores que fazem a diferença no ensino público adotando estratégias pedagógicas diferenciadas.

Aos 18 anos, Rosa Fonseca concluiu o antigo magistério. Mesmo com o diploma que a autorizava a dar aulas, não conseguiu exercer a profissão. “Estávamos nos anos 1970 e meu pai não permitiam que as filhas mulheres trabalhassem. Apenas meus irmãos podiam ter um ofício”, conta a 13ª filha de um casal de militar e dona de casa. “No ano seguinte, aos 19, casei e tive três filhos. Até o crescimento deles, me dediquei integralmente a família, mas sem esquecer o sonho de ser professora”, recorda.

Com 47 anos, fez a prova de vestibular em pedagogia escondida do marido. Formou-se em 2003 e, aos 55 anos, passou num concurso para ser professora da rede municipal de Olinda. “Sei que comecei tarde na carreira, mas me esforço diariamente para ser a melhor professora que posso, mesmo diante dos desafios da educação pública. Mesmo sem o vigor da juventude, escuto todos os dias de meus alunos que sou linda. Esse é o meu estímulo para continuar”, ressalta Rosa, que terminou o mestrado em psicanálise em educação no ano passado.



A fantasia da princesa Anna, do filme Frozen, está entre as mais pedidas pelos estudantes. Foto: Paulo Paiva/DP/D.A.Press

O trabalho da professora já foi reconhecido em três edições do Prêmio Anita Paes Barreto, entregue anualmente pela Prefeitura de Olinda. Pedacos do esforço da professora podem ser encontrados por toda a escola. No pátio, árvores confeccionadas pela educadora com material reciclável funciona como estante de livros. Na sala de aula, fantasias de príncipe, princesa compradas por ela ficam à disposição dos estudantes.

Livros gigantes e até os cenários para as encenações que faz para os alunos têm o toque pessoal da professora. “Se um vizinho joga papelão no lixo, trato de pegar para transformar em material para as aulas”, revela. “Quero que essas crianças tenham uma infância de magia, aprendendo por meio da ludicidade, como tem que ser com estudantes da educação infantil”, completa.